

O longo século XIX: a consolidação do aviamento, 1798-1950

Márcio Meira

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MEIRA, M. O longo século XIX: a consolidação do aviamento, 1798-1950. In: *A persistência do aviamento: colonialismo e história indígena no Noroeste Amazônico* [online]. São Carlos: EdUFSCar, 2018, pp. 219-258. ISBN: 978-65-86768-43-5. <https://doi.org/10.7476/9786586768435.0009>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



O LONGO SÉCULO XIX

**A CONSOLIDAÇÃO DO AVIAMENTO,
1798-1950**

Estamos aqui em plena temporada de extração da borracha; só se fala nisso, só se pensa nisso. A borracha é o recurso e a ruína do rio Negro. Aquilo que não conseguiram fazer as perseguições e as exigências dos governadores de antes, e das autoridades que lhes seguiram, a borracha fez: *quod non fecerunt barbari fecerunt Barberini*.²⁹¹ É à borracha e não a outra coisa qualquer que deve ser atribuído o estado atual do alto e do baixo rio Negro: a decadência rápida e irremediável das suas povoações, que já foram florescentes e prósperas; o abandono de toda e qualquer cultura, deixada de lado, hoje, em troca de um trabalho de poucos meses, em que encontram um proveito ilusório, mais rápido e mais fácil, do que no trabalho da terra [...]. Tão logo as águas começam a baixar, os habitantes de aldeias e *sítios* os abandonam e se dirigem aos seringais, muitas vezes afastados quinze, vinte dias de viagem; têm apenas os mantimentos necessários para tanto; o *patrão* proverá (Ermano Stradelli).²⁹²

Tudo, nesse sistema, repousa na *aparência* de um comércio, no qual o devedor não é nem escravo, nem trabalhador assalariado, mas um comerciante, sujeito à férrea obrigação de pagar adiantadamente. Por que semelhante ficção de comércio exerceu tamanho poder é uma das grandes singularidades da política econômica, e, até nossos dias, não houve meios de deslindar este paradoxo: os comerciantes de borracha, embora se empenhassem incansavelmente em criar e manter essa realidade fictícia, estavam mais do que prontos a reclamar a carne do corpo de um devedor. Com a mesma frequência com que esse relacionamento era colocado em primeiro plano – um relacionamento entre comerciantes –, transformando-se em algo difuso, que desembocava na escravidão, da mesma forma a terminologia está sujeita a dar saltos mortais. Nesta semiose desordenada, quem teria condições de afirmar quem era credor e quem era devedor, para não falar daquilo que tornava um homem devedor e daquilo que transformava a dívida em um homem? (Michael Taussig)²⁹³

291 “O que não fizeram os bárbaros, fizeram os Barberini” (STRADELLI, [1889] 2009, p. 170, nota de rodapé).

292 Id. *ibid.*, p. 170.

293 Taussig ([1987] 1993, p. 79).

O TEMPO DA BORRACHA: O AVIAMENTO SE CONSOLIDA

A BIOGEOGRAFIA DAS HEVEAS E A RETOMADA DOS DESCIMENTOS FORÇADOS

A biogeografia das *heveas* foi determinante para a definição da mão de obra utilizada no extrativismo da borracha e, conseqüentemente, para a história indígena do Noroeste Amazônico. A pouca produtividade dos seringais do rio Negro liga-se a um fator ecológico, o qual contribuiu para a especificidade econômica e social do extrativismo da borracha. Nessa bacia hidrográfica, os ecossistemas favorecem *heveas* de qualidade inferior. Recordemos que a borracha é resultante da coagulação do látex das seringueiras, e essas árvores, da família das *Euforbiáceas*, crescem de forma variada na *Hileia*. Mas há um importante fator: dentro desse gênero de plantas há mais de uma espécie no bioma amazônico, sendo a mais frequente, na bacia do rio Negro, a *Hevea Benthamiana*, tanto no Brasil quanto na Venezuela e Colômbia. Esta é uma árvore de porte médio, com até 25 metros, menos produtiva e com látex de qualidade inferior. Já a “rainha” das seringueiras é a *Hevea brasiliensis*,²⁹⁴ a mais produtiva, que pode ter mais de 40 metros. Esta, porém, só ocorre naquela região nas florestas das margens do médio e sobretudo do baixo rio Negro.²⁹⁵

Ou seja, embora houvesse seringais em todo o território, suas produtividades eram em geral baixas, e variavam conforme a espécie de seringueira

294 A *Hevea brasiliensis* está presente principalmente na margem sul do rio Amazonas, com grande concentração nos rios Juruá, Purus, Madeira, Tapajós e Xingu. Foi a localização geográfica e ecológica dessa espécie que determinou nessas áreas a maior produtividade de borracha na Amazônia durante o auge do ciclo gomífero, entre 1870 e 1912, o que levou para lá milhares de trabalhadores nordestinos, que estabeleceram relações de extremo conflito com os povos indígenas, como relatado no estudo de Marcelo Piedrafita Iglesias (2010).

295 Gonçalves, Cardoso e Ortolani (1990).

encontrada. Este fator ecológico – uma espécie mais produtiva localizada no médio e baixo rio Negro, do lado sul, e as de menor qualidade e menos produtivas situadas do médio para o alto curso do rio e seus afluentes, ao noroeste – trouxe consequências significativas aos povos indígenas e tornou o Noroeste Amazônico, ao longo de todo o extenso período da produção gomífera amazônica, uma zona caracterizada tanto pela menor produtividade quanto pelo uso específico, e contínuo, de mão de obra indígena local.

Em meados do século XIX, em busca de mão de obra para a borracha, os comerciantes e agentes do Estado já iniciavam um estabelecimento mais continuado no Noroeste Amazônico. Os “caminhos e fronteiras” haviam sido reabertos com mais vigor nos rios Uaupés e seus afluentes, e também no Içana, pela ação do Diretor de Índios Jesuíno Cordeiro e do Missionário Gregório José Maria de Bene, que disputavam entre si a hegemonia do processo, disputa essa vencida por Cordeiro, que permaneceria na região até à sua morte. Segundo Tenreiro Aranha, Cordeiro era morador antigo no rio Negro, fora policial dos destacamentos de São Gabriel, Marabitanas e Cucuí antes de ser nomeado Diretor dos Índios do Uaupés. Era também comerciante, e nessa lide conheceu todos os principais afluentes do rio Negro. Falava o nheengatu melhor que o português, além de diversas línguas indígenas, como o tukano. Pelas ações de Cordeiro e de Bene, até 1853, foram instituídas 16 povoações e aldeias nos rios Uaupés, Tiquié e Papuri. No rio Içana havia 11 em 1854.²⁹⁶

As iniciativas de Cordeiro em busca de indígenas para o trabalho no “comércio”, que ele chamava de “práticas”, e orientadas a trazê-los ao convívio dos “cristãos”, abriram caminho para as “correrias” dos novos tempos, os da borracha. Em um ofício que enviou para o Vice-presidente da Província do Amazonas em 1852, ficou registrada sua forma de atuação, promovendo o adiantamento de mercadorias para ganhar a confiança junto aos indígenas. Em troca, estes deveriam abandonar os “centros” da floresta em direção às margens do rio. Diz Cordeiro em documento compilado por Tenreiro Aranha:

Ilmo. Ex. Snr. – Com bastante gosto levo o conhecimento de V. Ex. como tenho de subir pelo rio Vaupés – *muito acima consta emensidade de Gentios de várias Tribus para vir da maneira que possa conseguir esta Gentilidades, que ainda existem pelos sentros dos Mattos para assim fazer seus Estabelecimentos, na margem do Rio, e fazer-lhe ver entrar no conhecimento delles que nos temos nosso Imperador he Governos. [...] Pois estes Gentios ainda não tem comuni-*

296 Aranha (1906-1907), Gurjão (1896).

cação com as pessoas christão para o futuro servirão de utilidade a Nação e o comercio. [...] Poriço desejava a V. Ex. mandar-me pro etiguir [*sic*] pela Thezouraria da Fazenda com alguns necessários para essa empresa. [...] Brindes, a saber: 50 Maxado – ditos de Terçados, Espelhos de lapa 10 duzias, Meiçanga, de cores 10 maços, 2 peças de pano Americano, 2 ditas de riscado, 2 ditas de Chita, 2 ditas de Caniculo, Linhas e Agulhas 5\$000, Anzóis surtidos. [...] *Estes objectos para Brindalos para ver se assim se consegue com mais maior utilidade para assim também me acreditar nas minhas práticas.* [...] Deos Guarde a V. Ex. por muitos anos. Directoria do Rio Vaupés, 19 de outubro de 1852.²⁹⁷

Jesuíno Cordeiro, caso necessário, utilizava métodos mais “persuasivos” para a atração dos indígenas. Ele próprio narrou um caso em que um indígena de nome Agostinho, do clã Jurupary Tapuya, estaria orientando seus “parentes” a não se dirigirem para as margens do rio, pois seria apenas uma armadilha dos brancos e do governo para capturá-los. Jesuíno soubera desse fato por dois Tuxauas do povo Kubeo, das aldeias Mucura Garapau e Santa Cruz. Os Jurupary Tapuya não constavam em nenhuma das povoações já criadas pelo diretor, e por isso talvez constituíssem algum grupo exogâmico inimigo dos Kubeo. De qualquer maneira, este documento revela, de um lado, a prática de violência de Jesuíno Cordeiro e, de outro, que havia vários grupos indígenas do Uaupés com posições contrárias e resistentes aos novos descimentos, pois estavam conscientes dos acontecimentos que ocorriam a jusante das cachoeiras:

Hum índio de nome Agostinho de nação Jurupary Tapuya [estava] dizendo a eles [índios daqueles lugares] *que não sahicem do centro do mato de suas abitações, para a margem, e fazerem suas Casas ou Aldeas, para estarem todos juntos e reunidos para depois o Governo e os Brancos mandallos prender e trazellos para baixo [rio Negro].* [...] *Porisso mandeio prender, e esteve prezo seis dias como diz no § 10 do Art. 2º das Instruções que me remeteo o Ex. Snr. Vice-Presidente da Província.*²⁹⁸

297 Aranha (1906-1907, p. 55).

298 Id. *ibid.*, p. 60.

O indígena Agostinho, aprisionado por Cordeiro, estava certo nas suas previsões. Trinta anos depois de sua prisão, em 1882, o testemunho do Major Dionísio Cerqueira não deixa dúvidas, inclusive destacando a escravização dos Maku:

Naquella epocha, 1882, havia muitos escravos índios no Amazonas, quer no Brasileiro, quer nos territórios limítrofes. Conheci caçadores desses infelizes, que os vendiam por uma espingarda. O rio Uaupés era o empório onde se forneciam os habitantes do Rio Negro; e a errante, desgraçada tribo dos “Macús”, a maior tributaria do ignóbil mercado.²⁹⁹

A “imensidade de Gentios” da bacia do Uaupés, como afirma Jesuíno Cordeiro em 1852, decorria do fato, a ser analisado mais adiante, de que, desde o fim do século anterior, os grupos exogâmicos Tukano, Tariana, como também os subgrupos Maku, haviam conseguido manter certa autonomia diante do refluxo das ações estatais, mesmo que na primeira metade do século XIX tenham ocorrido expedições de apresamento naquele rio. Até meados desse século, alguns grupos conseguiram manter certa distância dos vários distritos localizados a jusante das cachoeiras no rio Negro. Nesses distritos, os povoados eram formados por indígenas Baré “semicivilizados”, como eram costumeiramente identificados pelos brancos no século XIX e início do XX, e essas localidades serviram de base para a instalação, mais acentuada após 1850, de vários regatões com seus barracões, residências e embarcações ao longo do rio Negro.

A exploração do trabalho indígena já era feita há muito tempo, mas desde o final do século XVIII e durante a primeira metade do XIX estava pautada mais na extração da salsaparrilha, da piaçaba, do tucum, na produção das manteigas, como também no deslocamento para Barra, a nova capital da Capitania, para o trabalho compulsório em obras públicas. Nesse tempo, o sistema de aviamento herdado dos tempos da colonização portuguesa se consolidava, e uma rede de comerciantes, vinculada ao Pará, se instalara a partir de Barcelos e depois de Barra, chegando aos lugares mais distantes da bacia do rio Negro. Em meados do século XIX, quando começa a exploração das seringueiras, o sistema de aviamento envolveria com mais intensidade a população indígena disponível para o trabalho extrativista, sobretudo a que estava localizada nos rios Uaupés e seus afluentes Tiquié e Papuri; Içana e seu

299 Cerqueira ([1879] 1928, p. 67).

afluente Aiari; e Xié. Nesse momento emerge uma nova situação colonial, marcada pela economia da borracha.

Ao contrário do que ocorreria em outras regiões da Amazônia, onde foram usados trabalhadores de origem nordestina, no Noroeste Amazônico a combinação dos aspectos ecológicos, históricos e geográficos conduziu os comerciantes envolvidos no extrativismo a estabelecerem uma forte pressão sobre as comunidades indígenas dos altos rios, cujas malocas ficavam acima das várias cachoeiras, para utilizá-los como mão de obra. Seria imprescindível, para o sucesso de seus negócios, acessá-los e assentá-los a qualquer custo em novas localidades vinculadas aos produtos extrativos, tanto borracha como piaçaba, balata e outros produtos.

A EXPLOSÃO DA BORRACHA E O TRABALHO INDÍGENA

É sabido que a exportação de borracha amazônica, embora tenha se iniciado por volta da década de 1850, somente “explodiu” e se hegemonizou na região entre 1870 e 1912, no período final do Império e na Primeira República. Para sustentá-la, precisou-se importar mão de obra nordestina, já que a população regional não era suficiente para garantir a produtividade demandada pela indústria automobilística nascente na Europa e nos Estados Unidos da América. O comércio mundial de borracha foi o mais importante e estratégico desse período para os países centrais do capitalismo. Em 1912, houve uma queda abrupta dos preços da goma causada pela concorrência do produto cultivado no sudeste asiático, de melhor qualidade e mais barato. Desde então, a borracha amazônica perdeu peso no mercado mundial e só voltou a ter alguma importância econômica durante a Segunda Guerra Mundial, quando as plantações asiáticas caíram nas mãos dos japoneses e o fornecimento do produto brasileiro para a indústria de guerra norte-americana ganhou importância estratégica. Neste último período, novas levas de migrantes nordestinos foram trazidos para a Amazônia: eram os “soldados da borracha”.³⁰⁰

No contexto mais longo da exploração gomífera, ou seja, desde cerca de 1850 até o segundo pós-guerra, houve um engajamento específico de mão de obra indígena nos seringais da bacia do rio Negro que representou o recrudescimento na exploração do trabalho extrativo de milhares de indígenas dos povos Tukano, Aruak e Maku, em continuidade do que ocorria desde o século XVIII, embora com muito maior intensidade após o refluxo estatal da primeira metade do século XIX. O período da borracha

300 Dean (1989), Santos (1980), Weinstein (1993).

combinou uma intensa atuação comercial com uma maior presença do Estado, ainda que relativamente inerte, sobretudo no Noroeste Amazônico, região periférica dessa atividade, como veremos adiante.

Em seu texto sobre a política indigenista brasileira no século XIX, a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha nos faz lembrar da heterogeneidade política desse século, como também do próprio país de então: as situações coloniais no território eram diferentes conforme cada caso específico e em cada Província do Império, e depois de 1889 nos estados da federação republicana. Do ponto de vista da legislação e da ação indigenista, Carneiro da Cunha caracterizou a questão indígena nos oitocentos, sobretudo para as áreas de colonização mais antiga – o Sudeste e o Nordeste do Brasil –, como passando para uma nova fase: “deixou de ser essencialmente uma questão de mão de obra para se tornar uma questão de terras”.³⁰¹ De forma perspicaz, a antropóloga não deixou de ressaltar, porém, que no século XIX, mesmo com a mudança de ênfase do Estado para o tema fundiário, a mão de obra indígena ainda seria utilizada “como uma alternativa local e transitória diante de novas oportunidades. É o caso da extração da borracha natural da Amazônia Ocidental enquanto não se estabeleceu a imigração de trabalhadores nordestinos”.³⁰²

Com essa ressalva, a autora recorda que os indígenas trabalharam na extração da borracha amazônica antes de 1870. No território brasileiro, foi somente a partir desse ano e pelas quatro décadas seguintes que cerca de meio milhão de nordestinos começaram a aportar na Amazônia, a maioria deles seguindo para os seringais altamente produtivos do Juruá, Purus, Madeira e Tapajós. Nestes rios, com a chegada dos migrantes fugidos da seca, os indígenas passaram a ser perseguidos, e mortos, por razões distintas, pelos seringalistas e seringueiros, ambos de fora da região. Seguindo um pouco mais a trilha de Carneiro da Cunha, considero que no lado brasileiro do Noroeste Amazônico, mesmo depois de 1870, a mão de obra indígena permaneceu sendo a base da produção extrativista da borracha. Fato semelhante também ocorreu nos rios Içá/Putumayo e Japurá/Caquetá, na zona de fronteira do Peru e da Colômbia, com os indígenas Huitoto, como foi registrado por Roger Casement.³⁰³ Como constatou Michael Taussig, em seu estudo sobre aquela região,

a borracha do Putumayo apresentava uma qualidade das mais baixas, a distância tornava o transporte oneroso, em relação a outras regiões onde existia a borracha, e os salários, no mercado de trabalho, eram muito altos.

301 Cunha, M. (1992, p. 133).

302 Id. *ibid.*, p. 133.

303 Mitchell, Izarra e Bolfarine (2016).

Em consequência, a companhia [Araña] coagia a mão de obra [indígena], por meio do terror e do endividamento dos empregados.³⁰⁴

O Noroeste Amazônico, como vimos acima, inclusive por razões ecológicas, nunca foi uma região de grande produção gomífera, mesmo durante o auge dos preços do látex. Embora localmente importante, a exploração da borracha foi bastante periférica e associada à extração de outros produtos, como a piaçaba e a balata. O testemunho do viajante francês Henri Coudreau, de 1884, destacou que

o rio Negro é, por ordem de importância, o *último rio da borracha da Amazônia*. Ele dificilmente fornece 100.000 kg de goma por ano. O comércio total do rio equivale a cerca de um milhão de francos, dos quais 600.000 para exportação e 400.000 na importação.³⁰⁵

A pouca produtividade de borracha tornou mais relevante e contínuo, na bacia do rio Negro e alto Orinoco, o uso do trabalho indígena, enredado no sistema de aviamento. Ou seja, mesmo sendo o rio Negro o “último rio da borracha”, ainda assim sua produção existia e era feita majoritariamente pelo trabalho compulsório de indígenas Tukano, Aruak e Maku. Baseado em documentos da Diretoria e Missões de Índios, Tenreiro Aranha, que viveu alguns anos em Barcelos, testemunhou vários desses acontecimentos, e lista em 1907 as características violentas das práticas dos comerciantes com os indígenas do alto rio Negro no final do século XIX:

3º A immoral e criminoso prática do regatão de levar de sítio em sítio, com fins ilícitos mercantis ao meio social, ainda que bárbaro, mesmo selvagem, do índio, que nem ao menos falava o nheengatu, de envolto com suas mercadorias o vício de embriaguez, a prostituição, os crimes de furto, roubo, homicídio e de reduzir pessoas livres à escravidão, comprando do pai, a troco das mesmas mercadorias, filhos e filhas; do marido a mulher e do tuchaua os desnaturados pais e desbriados maridos, para os vender depois aos seringueiros e pescadores de pirarucu,

304 Taussig ([1987] 1993, p. 67).

305 Coudreau (1887, p. 220, grifo nosso).

peixe-boi e tartaruga, à moeda corrente; [...] 4ª A prevaricação inaudita do director ou do missionário, salvando as honrosas excepções que locupleta-se dos brindes remetidos pelo governo, para serem gratuitamente distribuídos aos índios, com a permuta que, em seu próprio interesse, faz delles por salsa, cupaiha, piassaba, puchuri, borracha, caoutchouc, breu, baunilha, carajurú, farinha, cumaru, tucum em ramas, fio e redes, curahuã em rama, etc. [...] 5ª Ao seringueiro, do baixo rio Negro, que interna-se nas vastas bacias do Uaupés e Içana, remonta suas cachoeiras, devassa suas florestas, assalta casa a casa dos seus índios, e viola o lar de cada uma das famílias destes, para seduzir com fementidas promessas de lucros vantajosos o dono da casa, o irmão, o sobrinho, cunhado e filho, fiando mercadorias á elles, ás suas mulheres, ás filhas, irmãs, cunhadas e sobrinhas. [...] É esta a peor causa, porque excita um a um, por meio da cachaça, já embriagados, a promoverem dabucuris saturnaes, no meio das quaes prostitue-lhes enlevadas por essas bárbaras e debochadas dansas, esposa, filha, cunhada, sobrinha. [...] Depois da festa, no dia seguinte, isola do marido a esposa, do pae os ternos filhinhos, do filho o pae e a mãe estremecidos, do irmão a irmã, da qual é o amparo, e os conduz para os seringaes dos distritos de Santa Izabel, S. Joaquim, Thomar, Moreira, Barcellos e Carvoeiro. [...] Contractados por tempo de poucos meses, ali os seduz ao captiveiro para nunca mais deixarem que volvam á sua casa e nesta continuarem a zelar e arrimar suas famílias, cuidar de suas roças, pescarias e caçadas, evitar que fique reduzida ao mais triste e desolador abandono...³⁰⁶

Também a memória oral indígena ressalta a ação violenta de um comerciante português, Antonio Castanheira Fontes, que no início do século XX seria “o maior comerciante do ‘baixo rio Negro’”. Um senhor Baré já idoso recordava, em 1990, que seu pai, nascido em 1888, trabalhara com esse patrão e chegara a ver na casa do comerciante português um toco de pau-brasil com correntes para amarrar os fregueses e surrá-los com chicote, prática aliás corriqueira, como visto no caso do assassinato de Izabel Garcia.

306 Aranha (1906-1907, p. 63-65).

Outro testemunho das práticas de violência contra os indígenas foi o do médico sanitariano Oswaldo Cruz e sua equipe. Em seu relatório sobre a situação médico-sanitária do vale do Amazonas em 1913, ou seja, já na fase final dos altos preços da goma, destacou o perfil indígena da mão de obra nos seringais do baixo Negro, ressaltando o regime de escravidão ali existente, o que certamente não diferia muito das ocorrências registradas no rio Putumayo:

*Os trabalhadores de seringais neste barracão são quase todos índios, de diversas tribos. Apresentam-se aqui, como em todo o rio Negro, numa condição física e moral das mais precárias, sendo os homens de estatura pequena, de constituição pouco robusta e de aspecto geral pouco simpático. As mulheres são extremamente feias [sic], muito precocemente envelhecidas, ou melhor, trazendo desde a mocidade estigmas da velhice. Predomina em ambos os sexos a mais extrema indolência. Só trabalham forçados pelo proprietário e o fazem sem qualquer ambição de fortuna, visando exclusivamente à própria manutenção, contentando-se com pequenas dádivas de roupas, aguardente, etc. Pelo que, dada essa inferioridade nos indivíduos dessa raça [sic], são eles muito explorados aí pelo branco, tendo no rio Negro, mais do que em qualquer outro, a exata impressão de escravidão.*³⁰⁷

Cabe evocar aqui um fator relevante para o enraizamento do sistema de aviação associado ao agravamento das violências praticadas no tempo da borracha: a ausência relativa nesse período da Igreja Católica naquela região. A atenção que chamo para esse aspecto se dá não porque julgo que os padres pudessem criar uma “barreira” de proteção dos indígenas contra o aviação, até porque alguns deles, como José dos Santos Inocentes³⁰⁸ e Venâncio Zilochi,³⁰⁹ também negociavam mercadorias ou “vendiam” suas obrigações pastorais aos indígenas em troca de produtos naturais e serviços, como o fornecimento de alimentos. Mas de algum modo, como demonstraram as intrigas entre Jesuíno Cordeiro e o Frei Gregório de Bene, uma maior presença de missionários teria estabelecido algum contraponto entre comerciantes e párocos, sobretudo porque os demais agentes neocoloniais que chegavam a partir de 1850, como os militares dos destacamentos de São Gabriel, Marabitanas e

307 Cruz, O. (1913, p. 106, grifo nosso).

308 Wallace ([1853] 1979).

309 Cerqueira ([1879] 1928).

Cucuí, e os subdelegados, juízes de paz e inspetores de quartelão dos vários distritos estavam todos implicados no escambo a crédito. Ou seja, o terreno estava aberto para a liberalidade de ação dos mercadores, o que contribuiu para um ambiente de terror na dinâmica do sistema de aviamento, com barbaridades cometidas contra mulheres e crianças, como no caso das ocorrências registradas no rio Padauri no início do século XX.

Com a saída do carmelita Frei José dos Santos Inocentes, que missionava no Noroeste Amazônico desde 1832, findou-se após 1852 a longa presença da ordem carmelitana no rio Negro, cuja atuação durou mais de 150 anos e lá deixou profundas marcas. Para sucedê-lo, chegou à região o já referido capuchinho Frei Gregório José Maria de Bene, que devido às intrigas com Jesuíno Cordeiro não permaneceu por muito tempo na região. A partir de então, durante o longo período da borracha, a presença de missionários católicos tornou-se muito escassa e restrita. Por exemplo, em 1856 só havia dois religiosos para atender os 11 distritos do rio Negro, o padre Manoel Raimundo Alves, em Barcelos, e o Frei Manoel de Santa Ana Salgado, em Marabitanas. Em 1854, o militar Hilário Gurjão associava o “decrescimento que se nota em quase todas as povoações” do rio Negro:

À ausência, que infelizmente sofrem as Freguesias de Vigários, que com suas presenças obrigariam o povo a comparecerem aos domingos e dias santificados nas Povoações, não deixando assim suas casas abandonadas [...] sendo os habitantes deste rio quase todos indígenas, será mister que os mesmos vigários lhes mostrem a conveniência, que há em terem suas terras plantadas, fazendo-lhes ver as vantagens, que daí lhes vem, promovendo por essa forma o trabalho, e a ambição que de tanto carecem [*sic*].³¹⁰

A ausência de missionários continuaria, apesar do alerta de Gurjão. Somente em 1880, o franciscano Venâncio Zilochi, que se encontrava em Nossa Senhora da Guia, foi juntar-se aos seus colegas José Illuminato Coppi e Mathieu Camioni nas missões do rio Uaupés, onde permaneceram por poucos anos, sendo expulsos da região devido aos conflitos provocados pela exibição das flautas sagradas do Jurupari às mulheres e crianças no interior da Igreja, uma prática interdita inteiramente pelos rituais Tukano e Tariana, entre os quais atuavam. A partir daí, foi somente em 1914 que o Vaticano estabeleceu do lado brasileiro do rio Negro a missão salesiana, presente na região até nos-

310 Gurjão (1896, p. 5-6).

sos dias. Esta mudança ocorrera como resposta à Carta Pastoral encaminhada em 1909 pelo Bispo do Amazonas Dom Frederico Costa, com várias denúncias de abusos contra os povos indígenas, num contexto em tudo similar aos horrores praticados pela Casa Araña no Putumayo, denunciados, como já apontado, por Roger Casement na década de 1910.

Um testemunho do quanto a região, na segunda metade do século XIX, estava sob um jugo implacável dos comerciantes foi o do Major Dionísio Cerqueira, membro da Comissão de Limites enviada ao rio Negro em 1879. O major foi encarregado de passar de barco a vapor pelas cachoeiras acima de São Gabriel, e reclama em seu diário da falta de apoio das elites locais, acusando explicitamente o comerciante Joaquim Aguiar, o “ricaço da terra”. Vejamos seu relato:

Isto, porém, não me admirou. Aquelles homens do Rio Negro, inclusive as autoridade ás quaes foi pelo Governo recomendada a Comissão, com raras excepções, fizeram-nos uma guerra disfarçada e surda, mas sem tréguas. Suppondo-se prejudicados nos seus negócios com a nossa presença naquelas paragens, onde dominavam como senhores de barão e cutelo, escravizando, a seu bel prazer, os pobres índios ignorantes e de meiga índole, espalharam entre eles, que a comissão de limites vinha em tom de guerra, recrutando os homens, matando os velhos e raptando as moças. O tapuya, crédulo e tímido, fugia de nós e abandonava os povos, que achávamos sem gente. Si encostávamos em algum sitio e não havia tempo de fugir, um homem mais resolutivo vinha receber-nos no porto, enquanto as cunhãs e os curumys fugiam para o matto pela porta do fundo. Si víamos alguma galinha e queríamos comprá-la, respondia-nos invariavelmente: - não tem, isto aqui é muito faminto; lá para cima, é melhor: há muito. Custou-nos imenso convence-los da calunia assoalhada. Os regatões lhes diziam que nos abandonassem; e mais de uma vez fugiram das nossa canoas, deixando-nos na praia sem remeiros. Nos dias de pagamento, quando iam [os membros da comissão] com boa moeda do seu salário comprar algum objeto nas tendas de negocio, dizia-se-lhes muitas vezes que o nosso dinheiro nada valia. Foi por isso que nos vingamos. A comissão mandou comprar em Manaus e Belém os objetos de que os índios são mais

cobiçosos, como facões, machados, facas, espingardas, pólvora, chumbo de caça, espoletas, chitas, chapeos, mis-sangas, espelhos, enchadas, canivetes, isqueiros, phosphoros, camisas e calças, e os dava em pagamento pelo preço do custo. Assim conseguimos convencê-los de que eram roubados pelos seus patrões, que enriqueciam especulando torpemente com a sua ignorância.³¹¹

A IMPLOÇÃO DA BORRACHA E A CONTINUIDADE DO AVIAMENTO

Ao longo da primeira metade do século XX, a borracha continuou a ser produzida no rio Negro mesmo depois do declínio dos preços, ocorrido em 1912. A força dos comerciantes também diminuía, mas ainda persistia, sendo a maioria deles formada por pessoas de diferentes origens e nacionalidades, como brasileiros vindos de outras regiões, venezuelanos, colombianos, portugueses, espanhóis. Desempenhavam suas atividades em territórios diferenciados dentro da região, inclusive como decorrência de relações de parentesco e compadrio com “fregueses”. Contudo, havia competição e conflito entre patrões por territórios e mão de obra. Ocupavam posições hierárquicas distintas na escala de poder econômico e político dentro do sistema, alguns patrões eram de grande porte e outros, médios e pequenos em termos econômicos, inclusive alguns indígenas. Pelas categorias nativas, em rios do médio rio Negro, como o Enuixi e o Jurubaxi, os “patrões graúdos” viviam na boca dos rios e tinham muitos fregueses, os “patrões miúdos” no médio curso dos rios e possuíam poucos fregueses.³¹² Os regatões continuavam a estabelecer relações com as instâncias do Estado, como o SPI, o Exército, e com os missionários salesianos, que consolidaram seu trabalho apostólico nesse período.

Curt Nimuendaju, em seu relatório de viagem pelos rios Içana, Ayari e Uaupés, feito em 1927 para o SPI, faz um comentário sobre os comerciantes e suas relações com os índios:

Todos os que negociam com índios sabem perfeitamente que, salvo raras exceções, nenhum deles paga voluntariamente o que deve, mas só debaixo de maior ou menor pressão exercida pelo credor. Em vez, porém de lhe

311 Cerqueira ([1879] 1928, p. 215-217).

312 Velthem (2014).

negar à vista, o comerciante, pelo contrário, trata de arrumar quanto antes uma dívida nas costas do índio, já calculando de adquirir desta forma o “direito” de cativar o devedor e de obrigá-lo ao pagamento da maneira como o negociante bem entender, ficando o índio assim muitas vezes em condições piores que as do cativo legal, pois não representa para o seu senhor um objeto de valor intrínseco que faz parte de sua fortuna, senão somente o valor daquela dívida. [...] Duvido que exista no meio deles [civilizados da região] um único amigo dedicado dos índios capaz de colocar os interesses destes acima dos seus lucros particulares e das suas boas relações pessoais na zona. Muitos deles fazem até grande empenho de serem nomeados delegados do SPI na convicção de que este cargo entrega-lhe nas mãos a ambicionada posse dos índios, esforçando-os ao mesmo tempo de proceder contra qualquer outro que lhes queira disputar essa posse. Os poucos civilizados que nesta região se encontram são ou foram negociantes e balateiros e como tais viciados no sistema compulsório acima estigmatizado.³¹³

Seguindo na mesma linha de Nimuendaju, o cientista José Cândido de Melo Carvalho nos dá este depoimento de 1949, quando viajou por toda a região do rio Negro:

Todos com quem conversei neste trecho (médio rio Negro) são unânimes em afirmar que certos brancos desta região exploram demasiadamente os índios, obrigando-os a levarem uma vida de verdadeira escravidão. Vão aos altos rios, contratam índios por três meses e, uma vez no médio ou baixo rio Negro, são os mesmos retidos por três anos ou mais. A alegação é sempre a mesma, i.e., o pagamento de contas inexistentes, forjadas a bico de pena, cheias de menções de bugingangas que mais serviriam para brinquedo de crianças, todas vendidas por preços astronômicos.³¹⁴

313 Nimuendaju ([1927] 2015, p. 80).

314 Carvalho (1952, p. 23).

A tradição oral indígena não oferece qualquer contestação a essas histórias narradas por viajantes e pesquisadores. Num depoimento que obtive, em 1990, de um senhor do povo Dâw (Maku) da aldeia de Uaroá, próxima a São Gabriel da Cachoeira, este relatou que o pequeno comerciante para o qual seus familiares trabalharam desde muitos anos (provavelmente desde os anos 1940) “não prestava, nos roubava, não pagava bem, brigava, gritava, batia, trazia cachaça e vendia a mercadoria mais caro”. Pude comprovar este relato quando entrevistei em outra ocasião um indígena Tukano que havia trabalhado na extração de piaçaba com aqueles Dâw em 1973; o mesmo contou que o patrão “maltratava muito os Kamã (Dâw) na época do fábriço da piaçaba no Curicuriari. Vi várias vezes o comerciante enrabar meninas de 10-11 anos, Kamã, que ele embriagava com cachaça. Quando os Kamã produziam 40 kg de piaçaba, ele pagava, em troca, apenas meia lata de farinha. Se produziam somente 30 kg, não pagava nenhuma farinha. Gostava de embriagar os Kamã no mato, levando várias grades de cachaça”.

Outro exemplo é a história contada por um senhor Baniwa, morador do rio Negro nos anos 1990, que cortou piaçaba no rio Padauri entre 1934 e 1942 (dos 10 aos 18 anos), sem sair daquele rio. Conta que seu patrão, nosso já conhecido “Sargento Guilherme”, citado nas narrativas transcritas no capítulo anterior, um ex-comandante militar de Cucuí, havia levado para os piaçabais do Padauri várias famílias indígenas do rio Xié e Içana que jamais voltaram para casa, apesar de algumas terem conseguido escapar de seu cativo, além de ter explorado também os Yanomami, que possuíam então uma maloca naquele rio, com cerca de 200 indivíduos, os quais cortavam piaçaba em troca de panelas, facas, terçados etc.

A chegada dos salesianos ocorreu concomitantemente à queda dos preços internacionais da borracha, diminuindo a pressão sobre a mão de obra nativa e, portanto, arrefecendo os chamados “pega-pegas”³¹⁵ de indígenas nos altos cursos dos rios para o trabalho da borracha no baixo curso, onde os seringais de *hevea brasiliensis* eram mais concorridos. A presença dos missionários intimidou, em algumas circunstâncias, os abusos praticados pelos comerciantes, inclusive para angariar a confiança dos indígenas para com a Missão.³¹⁶ A “calmaria” advinda com a chegada dos salesianos foi, porém, relativa, pois outros produtos, como a sorva, a piaçaba, a castanha do pará e principalmente balata, continuaram sendo requisitados pelo mercado, e levaram muitos trabalhadores às migrações forçadas para outros rios da região, inclusive na Venezuela e Colômbia, por ficarem esses produtos, em alguns

315 Ação semelhante às “correrias”, que buscavam capturar indígenas à força em suas malocas.

316 Meira e Pozzobon (1999).

casos, localizados em paisagens ecológicas diferenciadas em relação à borraça. Aportando em Manaus nos anos 1920, Gordon MacCreagh testemunha a ascensão da balata:

Três balateiros colombianos haviam chegado do fundo da floresta com três barcos cheios de uma balata branca de alta qualidade. Eles encontraram mercado para o produto imediatamente, a um preço alto de onze mil réis por quilo – melhor do que a borracha no seu pico. Imediatamente toda a cidade está carregada de excitação e curiosidade.³¹⁷

Oswaldo Cruz indica em seu relato a migração forçada de indígenas oriundos do alto para o baixo rio Negro, pois afirma que “quando os proprietários de seringais do rio Negro têm necessidade de novos fregueses vão procurá-los muitas vezes além de S. Gabriel, no rio Caiari (Uaupés), muito habitado, e além, nos limites com a Venezuela”.³¹⁸ Apesar de toda essa violência, algumas famílias conseguiram fugir dos patrões e retornar a suas regiões, sobretudo as que escaparam das epidemias que grassavam nessas zonas de exploração, como a malária.

As duas principais empresas que atuavam comercialmente no rio Negro desde o final do século XIX até os anos 1950/60 foram inicialmente a J.G. Araújo & Cia. e posteriormente a Higson & Cia. Nesse período, essas corporações, com sede em Manaus, praticamente monopolizavam o financiamento, a exploração, o transporte e a comercialização dos produtos extrativos para fora da região. O proprietário da primeira firma, Joaquim Gonçalves de Araújo (1860-1940), foi um abastado comerciante português que se estabeleceu em Manaus na chamada *Belle Époque* da borracha. Possuía embarcações a vapor e uma grande “filial” em Santa Isabel do Rio Negro, de onde controlava o acesso às terras³¹⁹ sob o seu domínio e de seus “fregueses”, ou seja, a vasta “rede” de médios comerciantes sob sua tutela política e econômica. Exercia grande influência sobre as autoridades públicas da região e os missionários salesianos, a quem prestava serviços ou facilidades comerciais e logísticas. O Comendador, como era conhecido, bem como sua família, foi o mais rico e poderoso comerciante do Amazonas até meados do século XX. J. G. Araújo ocupava o topo do sistema, era o “chefão” dessa emaranhada “rede” de médios e pequenos patrões que se distribuíam pelas áreas próximas

317 MacCreagh ([1926] 1985, p. 212).

318 Cruz, O. (1913, p. 106).

319 Terras tradicionalmente indígenas e reconhecidas parcialmente pelo Estado brasileiro somente no final do século XX e início do XXI.

dos seringais, castanhais, piaçabais ou outros pontos de exploração extrativa no rio Negro, assim como na foz de grandes afluentes deste rio.

O citado Gordon MacCreagh obteve uma audiência pessoal com J. G. Araújo antes de subir o Negro e descreveu um breve, mas assustador, perfil do barão da borracha:

Havia um homem em Manaus que sabia tudo sobre os rios superiores, chamado J. G. Esse era um nome conhecido ao longo dos milhões e meio de quilômetros quadrados do Estado do Amazonas, derivado da pronúncia portuguesa das iniciais de J. G. Araujo, um grande comerciante que havia estabelecido uma casa de comércio em Manaus e que mantinha todo o Amazonas na palma de sua mão. Ele foi chamado de Imperador do Amazonas. Mas J. G. era um homem implacável – e o oficial [consular] claramente baixou a voz ao relatar o escândalo – um barão da borracha que não desejava que estranhos se intrometessem nos segredos das suas ações; e havia boatos de que seus bravos contratados recentemente tinham acabado silenciosamente com dois ou três grupos de estranhos que haviam se aventurado em seu território proibido. A advertência oficial, então, emitida solenemente pelo cônsul em seu papel de conselheiro para os cidadãos americanos, foi afastar-se com muito cuidado desse déspota medieval e contrária, por todos os meios, a subir o rio.³²⁰

Subordinados a tais firmas aviadoras, os médios comerciantes, desde o final do século XIX, eram geralmente indivíduos brancos, vindos principalmente do Pará, Maranhão e Ceará. Como se observa nas narrativas orais e documentos escritos, eles podiam também ser oriundos do serviço público, como, por exemplo, ex-militares do Batalhão de Fronteira de Cucuí, ex-agentes do SPI ou outros cargos da burocracia municipal, como foram os casos do Sargento Guilherme e de Ataíde Cardoso, já referidos. Ou o poderoso comerciante maranhense, Graciliano Gonçalves, da firma Gonçalves & Irmãos, que controlava o sistema a montante de Santa Isabel do Rio Negro, de onde os navios a vapor não passavam devido às cachoeiras, e que dividia o poder com os comerciantes do alto rio Negro, rio Uaupés e rio Içana. O irmão de

320 MacCreagh ([1926] 1985, p. 217, grifo nosso).

Graciliano, Rodolpho Gonçalves, foi prefeito de São Gabriel por duas vezes, entre 1917-1920 e 1931-1935.

Em 1905, Theodor Koch-Grünberg registrava que na foz do rio Tiquié morava um brasileiro de Mato Grosso, chamado Abílio, que tinha indígenas a seu serviço. Ao subir o rio Tiquié, informa que as malocas estavam vazias porque era a temporada de exploração de borracha:

O baixo Tiquié está relativamente rico de caucho de qualidade inferior; mas quem trabalha na extração não são os brancos, e sim somente indígenas, com método primitivo e de pouco rendimento. De vez em quando encontramos canoas com passageiros nus que rapidamente desciam ou, se eram conhecidos do meu pessoal, encostavam, para conversarem algum tempo. Sua carga era destinada ao Abílio: um pouco de caucho, farinha, bananas, ananases e galinhas vivas.³²¹

No início do século XX, duas famílias de comerciantes, os Garrido e os Albuquerque, constituíam claramente dois polos de poder na região do alto rio Negro e seus afluentes, atuando de forma violenta nas fronteiras do sistema de aviação e nos limites territoriais entre Brasil, Colômbia e Venezuela. Os principais membros dessas famílias, inclusive, ocuparam os cargos de Delegados de Índios do SPI! As informações sobre os Garrido são abundantes nos relatos de Koch-Grünberg, a partir de sua vivência próxima com a “Casa Garrido”. Embora o etnógrafo alemão considerasse a economia da dívida um “mal necessário”, não deixou de descrevê-lo de forma precisa e condená-lo moralmente:

Mas o maior lucro da Casa Garrido, como de muitas outras, vem do comércio do caucho. Durante a época das chuvas, quando o rio alcança seu nível mais alto e a navegação é mais cômoda e menos perigosa, Dom Germano manda mensalmente um batelão rio abaixo a Trindade ou Santa Isabel, para receber mercadorias trazidas sob encomenda por navios de Manaus, e que depois ficam armazenadas em São Felipe. Quando vem a época da seca, o “verão”, que costuma durar de agosto até fevereiro, preparam-se para a colheita do caucho.

321 Koch-Grünberg (2005, p. 260).

Dom Germano manda seus filhos para fora. Um trabalha no baixo Caiary [Uaupés] com os indígenas extraindo caucho, e outro viaja pelo alto rio Negro até a fronteira venezuelana, fazendo de regatão e trocando o caucho por mercadorias europeias. Quando ajuntam vários milhares de quilos, um grande batelão os leva ao navio de Manaos [em Santa Isabel], onde são recebidos pelo representante da Casa Araújo Rosas & Co. e avaliados pelo preço em vigor. [...] Para viajar continuamente para lá e para cá com grandes botes a remo e para explorar as matas de caucho, é necessário dispor durante o ano inteiro de muita mão de obra, que em São Felipe é proveniente, em primeiro lugar, do baixo Içana. Os indígenas de lá, assim como uma grande parte dos indígenas do baixo Caiary [Uaupés], dependem da Casa Garrido como uma espécie de escravos por endividamento. Tal relacionamento para com os nativos é mantido pelos brancos, donos da terra e negociantes, em todo o rio Negro. [...] O branco fornece fiado ao indígena toda a mercadoria que quiser, e a avalia, dependendo de sua honestidade, com preços correspondentes. O devedor tem que trabalhar para pagar essas, frequentemente muito altas somas, fornecendo farinha de mandioca, sarsaparrilha e outros produtos regionais, ou trabalhando nas matas de caucho. Às vezes, fica empregado durante vários meses perto do patrão, como caçador e pescador. Ao fazer as contas sempre se dá um jeito para que o indígena não se livre da dívida, e mesmo que a tivesse pago toda, ainda receberia aviada outra vez tanta mercadoria nova, que ficaria sempre dependente. Este sistema de escravidão por endividamento, do ponto de vista moral, certamente deve ser rejeitado, mas nestas regiões é um mal inteiramente necessário, para conseguir mão de obra e tem a sua razão de ser na indolência do indígena e na sua relutância contra um trabalho a que não está acostumado. É necessária uma certa pressão para induzir o indígena a um trabalho regrado, e essa pressão é exercida através das dívidas. [...] [Dom Germano] trata os seus indígenas com rigor patriarcal, mas com a bondade de um pai para com seus filhos. Os indígenas sabem que nunca serão abusados ou logrados

por ele. Sabem que ele é amigo deles e procuram sua proteção contra os excessos de outros. Poderia mencionar alguns exemplos. Quando coletores de caucho de fora queriam arrastar um indígena do baixo Içana velho e cheio de achaques, Dom Germano pagou toda a sua dívida e resgatou-o assim daqueles desumanos.³²²

Germano Garrido y Otero vivia, provavelmente desde a década de 1880, no antigo povoado de São Felipe, localizado estrategicamente entre a foz do rio Uaupés e Içana. O domínio do espanhol alcançava sobretudo os rios Içana, Xié e alto rio Negro. Vejamos, pela narrativa do comerciante Ronil Garrido, descendente de Germano, o alcance dos poderes de seu ancestral:

Meu avô [Germano Garrido] chegou aqui com 20 anos e gostou do sítio de São Felipe e comprou aí do pessoal e se casou com uma mulher de Marabitanas. Aí pronto! Ele ficou, ganhou muito dinheiro, foi um comerciante forte daqui, era ele que abastecia o Içana todinho, porque naquele tempo os içaneiros [como eram chamados os indígenas daquele rio, na maioria Baniwa], que nem o pessoal do Xié [a maioria Baré e Werekena], eles andavam despidos, assim só com cueiozinho [pequena tanga de uso masculino], eu ainda cheguei a ver isso... as mulheres só daquelas saiazinhas pretinhas, tudo sujo, e os homens com o cueiozinho, meninos também, no Xié e no rio Içana. Era uns lugares... não tinha comércio, o comércio deles era muito pouco. [...] Então o meu avô abastecia o Içana todinho, o pessoal vinha pra comprar umas coisinhas com ele, sal, sabãozinho, ele era uma pessoa muito rica. Fazia viagens pra cima [rios Negro, Içana e Xié] e mandava os filhos, porque ele teve muitos filhos. Ele não teve só uma mulher não, teve várias mulheres o “tuxaua” velho aqui do rio Negro, o espanhol velho. Chegou por aqui e aqui enriqueceu pra bem dizer, porque vinha mercadoria de lá da terra dele, pra vender. Porque ele abastecia tudo né, pra bem dizer, o Içana todo era dele. Então ele mandava nisso [nesse território] e os Albuquerque [Manduca e irmãos]

322 Id. *ibid.*, p. 56-57.

mandavam aqui no rio Uaupés naquele tempo. Mas eles eram bárbaros, maltratavam muito os índios...

A família de Manoel Antonio de Albuquerque, mais conhecido como Manduca ou *tira-couro*, ficou tristemente famosa no rio Uaupés. Ele e seus irmãos praticaram barbaridades nesse rio contra os povos Tukano e Tariana, sobretudo na exploração de borracha e outros produtos em seus afluentes Papuri e Tiquié. Em cartas de 1920, procedentes dos arquivos da Diocese de São Gabriel da Cachoeira, estes fatos são assim registrados:

No baixo Uaupés vivia a família Albuquerque. Eram vários irmãos que dominavam todo o Uaupés e afluentes. Por meio de empregados recolhiam os índios que destinavam aos trabalhos da borracha, da balata e até os passavam a comerciantes do rio Negro, recebendo gratificações, ou uma porcentagem do produto que alcançassem. A moradia dos ditos Albuquerques [Bela Vista] era cheia de meninos, moças e rapazes, que serviam a seus senhores coagidos.³²³

O relato do indígena Antonio da Silva, do povo Piratapuaia, transcrito por José Exequiel Rodrigues e Daniel dos Santos, rememora assim a figura de Manduca:

Boaventura era o pai do Manduca, casou com duas Piratapuaia. Então ele casou com umas pira-tapuaia, que o rapaz lá de cima, o irmão próprio trouxe pra cá. E como ele, na época, estava chegando, então ele foi direto casando com elas. Então, esse pai do Manduca, ele teve com essas duas meninas vários filhos, um deles foi o Manduca, Higino, Chico, mais outros, muitos, nasceram muitos meninos. Então como ele tinha duas mulheres, ele teve muitos filhos. Então um deles foi Manduca. Então eles nasceram aqui, depois levou pra Manaus, onde ele deixou pra estudar. Iam lá estudar em Manaus, voltavam aqui. Eles nasceram aqui, já era comunidade dele, próprio, dele já, essa Bela Vista. Então eles iam pra Manaus estudar e voltavam de novo, ficavam aqui. Então eles ficaram como já pessoas, moradores nativos daqui, como eles nasceram

323 Diocese de São Gabriel da Cachoeira (1920).

já são nativos daqui. Então eles se dedicaram a trabalhar sorva, seringa. Então dedicaram, mas aí, começaram a enriquecer, e os empregados deles eram as pessoas que moram aqui nessa região, que moravam naquela época aqui, ainda, então eles trabalhavam aqui mesmo. Então eles enviavam os produtos e traziam mercadoria. Então os três, Manduca, Chico e Higino, que são irmãos, ficaram ricos. Eles eram os proprietários e os irmãos próprios deles eram os chefes do campo de trabalho, onde trabalhando seringa, então eles, irmãos deles, que eram responsáveis de cuidar do... Ele tinha muito freguês, pescadores. Tinha gente que pescava de manhã, assim de dia e também um grupo que pescava de noite. Era tudo do rio Tiquié, de Iauaretê, era grande proprietário então. Ele se tornou um proprietário mesmo, tendo vários empregados. Ele mandava pescar peixe, esses pescadores tinha que matar assim deste tamanho, grande, muitos, vamos dizer, assim. *Então, as pessoas que não tinha, não matakavam, como “panema” vamos dizer, eles apanhavam dele, ele batia mesmo, dizia palavras que, preguiçoso, que não pescavam. Todos esses três irmãos maltratavam as pessoas.* De noite, quem ia pescar de noite também tinha que colocar naquele que hoje tem, naquele pau com todos aqueles galhozinhos que eles fizeram pra colocar, tanto de noite tanto de dia, agora quem não pescava realmente apanhava, todos três faziam isso. Ele (Manduca) foi viajar até lá em Colômbia, até no Querarí, andou batendo, andou brigando pra lá, então quando ele tava em Colômbia ele mandava trabalhar, então trabalhava balata, balata lá. Quando eles trabalhavam, mandavam, vinham vender, eles vendiam, vinha vender, ele pegava, tirava as coisas dele, se passava pra cá ele prendia ele, batia nele, então tudo isso ele fez, então totalmente aqui era proibido passar, toda mercadoria tinha que estar lá na casa do Manduca. Agora se ele tinha a autonomia de vender sozinho, autonomia de vender sozinho pra fora, então era prendido, passava ali, era preso e apanhavam muito. Os colombianos queriam vender por parte deles, mas só que o Manduca dominava aqui a região, então ele tinha trazido, tomava e ele vendia, que como o pessoal

daqui... tanto indígena, tanto colombianos, como tanto brasileiros, eles não tinha onde encontrar sabão, sal, esse tipo de coisa, quem dominava, quem tinha era somente ele, então por isso que ele fazia assim pra ele, porque quem poderia vender era só ele (Manduca). Ele andava, andava, ele já ia na Colômbia, aí os colombianos já começaram cansar, eles começaram a ficar bravo com ele. Então ele fazia bagunça lá, abusava as meninas lá, com as meninas, moça, jovem lá, ele transava, então, os colombianos ficaram bravo com ele, os colombianos indígenas, vamos dizer assim. Oh, os irmãos ficaram bravo. *Então ele já mandava, trazia, fazia preso, abusava mesmo. Ele tinha uma amante kubeo, então a amante dele kubeo, pra ela também ele batia, era amante dele, batia, batia. Se ela não dava, batia.* Então ela cansou, ela falou para os irmãos dela que ela estava cansada com ele, mas só que ela mesmo não querendo, ele queria fazer e batia nela. Então, pra começar a se vingar dele, foi ela. Então ele já foi de novo pra lá (Colômbia), foi pra lá, visitar, ver ela (amante kubeo) de novo, como eles já estavam vingando ele, ela tinha preparado veneno pra ele, lá, ela, já cansada, só que a folha (do veneno) diz que já estava seca demais. *Manduca, abusava muito das meninas, ele tinha muitas meninas, abusava muito e brincava muito com elas. Então, isso aí era abuso de estupro, era tudo.* Então essa daí, essa amante dele que ficava lá na Colômbia, ela já tinha preparado (o veneno), porque antes dele viajar, ele já mandava uma equipe pra comunicar que o Manduca ia chegar tal dia, tal semana, tal mês, então, é por isso que ela já tinha preparado o dia que ele ia chegar lá, um veneno já, próprio pra, que ele não desconhecido, porque ele era filho da região daqui, a mãe era pira-tapua, mas só o pai que não, não era. Então, como ele era da região, filho de uma indígena, ele sabia que, tudo isso, o veneno, asopro, naquele tempo ele já sabia tudo. Então ela, pra ele não perceber, procurou esse veneno já meio seco – então o veneno assim cru mesmo que mata na hora, seco então ele demora, aparecia como se fosse uma doença, doença prolongada. Então, ela deu no caxirí (o veneno) pra ele. Que toda (vez), acho que ele chegava na comunidade, na

aldeia, na maloca, e acho que ele queria desse jeito também (uma festa de recepção), acho, foi bem pra ele, pra ele receber essa cuia de veneno. Então ela deu e ele soube que tava tendo essa doença, ele veio e passou direto pra Manaus. Então esse veneno não tinha mais cura, nem o médico (podia) fazer mais nada.³²⁴

José Fonseca Arapaço, nascido cerca de 1920 no rio Uaupés, acima da cachoeira de Ipanoré, também guardava na memória a figura de Manduca. Do seu depoimento apresentado no capítulo 4, extraio aqui um trecho:

Ele [Manduca Albuquerque] chegou lá arrumou logo mulheres. Três, quatro, por aí. Esse como costume dele, né, dessa raça aí. Pois ele teve muitos filhos, muita família, cresceu logo né, três, quatro, foi. Lá ele vivia, tempos, teve filhos, e irmãos. Agora eles vão levar ele pra prender [sic], não sei se era fugitivo, ninguém sabia isso, né. Quando chegaram lá, trouxeram os irmãos dele também pra lá, né. Eram quatro, cinco irmãos. Eles nem sabiam ler. Então quando era rapaz já, velho, que entendia muito bem, de vez em quando iam estudar, nas cidades, capitais grandes, pra eles saber, né. Assim foi eles, né. Quando ele... Ele mandava trabalhar... Ele que dominou já, como se fosse chefe, lá, no rio Uaupés, ele né. Todo mundo vinha com ele. Ele tinha mercadoria, dinheiro. Iam lá pessoas, habitantes do rio Uaupés, de cima, de baixo, tirar alguma coisa. Ele ia lá pegar borracha, é. *Nada era bom... Ruim, surrava os trabalhadores fregueses dele, surrava até no pau, mas isso eu também não vi não, mas meu pai contava, todo mundo conta, pessoal de lá que viram né.* Eu não vi não, eu era um gurizinho ainda naquele tempo. Era já tempo isso. Criou muitos outros companheiros dele, raça dele, muito empregado, era muito já lá. Casa boa de alvenaria e tijolo, bem feito!

Todos esses patrões, a seu tempo e modo, disputavam o poder local, inclusive o controle territorial e das comunidades indígenas. Como nessa faixa de fronteira estava localizada a maioria destas populações, os comerciantes

324 Rodrigues e Santos (2014, p. 30-32, grifo nosso).

estabeleceram uma vasta rede de fregueses indígenas que coletavam os produtos e lhes “vendiam”, e por sua vez esses patrões os “revendiam” para outro comerciante mais poderoso, e assim sucessivamente. Mas este comércio também incluía o fornecimento de indígenas dos rios Uaupés, Içana e Xié para serem levados para o médio e baixo rio Negro, onde estava concentrada a maior parte da produção extrativa até meados do século XX, ficando assim sob a tutela de outros patrões. Nesse tempo reforçou-se na região o imbricamento das relações de parentesco e compadrio entre patrões e fregueses.

Um fato relevante na constituição da base social dessa rede de comércio é que muitos comerciantes brancos, como foi o caso de Germano Garrido, “casavam” na região com mulheres indígenas, a maioria do povo Baré, gerando nessas comunidades da calha principal do rio Negro, principalmente nas regiões a jusante de São Gabriel da Cachoeira, uma configuração social na qual muitos eram vistos como “caboclos”. Consequentemente, fortes vínculos de parentesco e compadrio foram estabelecidos entre comerciantes brancos e indígenas, abrindo espaço para “cunhados” indígenas que atuavam como pequenos intermediários entre os patrões e os fregueses. Essa mistura, já referida anteriormente, que marcou a indianidade dos Baré a partir dos anos 1980, foi captada por Eduardo Galvão, em 1951, na região próxima de Santa Isabel, quando se refere a esses pequenos comerciantes, tanto “brancos” e “caboclos” quanto mestiços, chamados localmente de “brancudos”:

Ultimamente tem surgido um grupo de pequenos patrões, produtores melhor sucedidos ou de mais iniciativa que conseguem pequenos aviamentos e aviam um reduzido número de fregueses. Os patrões não gostam muito desse tipo de “comerciantes”. Dizem que dão mais prejuízo e aborrecimentos que o caboclo. Compram fiado e depois não querem pagar. Desses “comerciantes” a maioria é de filhos de portugueses ou “brancudos” [preto ou filho de branco com “cabocla”].³²⁵

Desde o final do século XIX e ao longo da primeira metade do século XX, assumindo ocasionalmente a condição de “caboclos”, os Baré penetraram nas “brechas” da rede de patrões e fregueses acima apontada, e assim passaram a ser intermediários dos médios e grandes comerciantes com extrativistas indígenas de outros povos, como ocorreu com os Maku no rio Curicuriari. De acordo com os relatos orais dos nativos, esses pequenos co-

325 Museu Paraense Emílio Goeldi (1951).

merciantes indígenas foram mais frequentes, nessa época, na região a jusante de São Gabriel da Cachoeira e também em Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos. Essa configuração étnica dos pequenos comerciantes, formada por indígenas, mestiços e brancos, geralmente falantes de nheengatu, se estabeleceu de forma crescente no século XX, à medida que a economia da borracha ia perdendo sua relevância. Os grandes comerciantes, como J. G. Araújo e mesmo as famílias Albuquerque e Garrido, foram paulatinamente perdendo poder e domínio econômico, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, o sistema de aviamento não perderia sua força. Em seu diário de campo de 1951, Eduardo Galvão fez um balanço das atividades extrativas no médio rio Negro, onde anota a sobrevivência do sistema, mesmo no contexto de decadência econômica do pós-guerra:

Somente hoje percebi que embora a borracha venha sendo explorada há 50 anos nessa região, idem para os outros produtos, e o foi até pouco tempo exclusivamente pelo J.G. [Araújo] não possui qualquer benfeitoria. Apresenta apenas desgosto e consequente diminuição de produção e população em alguns trechos, como Moura, Moreira e Thomar, em que hoje não passam de taperas. Mas é evidente que o mal não está na indústria extrativa, em si mesma, que ao contrário representa uma fonte de riqueza, mas no sistema de saque desregrado à mata e a falta de uma base sobre que uma população mais fixa pudesse assentar. O aviador atua como financiador da produção, os juros, cobrados nas “quebras”, “comissões” e sobretudo no preço da mercadoria que avia, e nos lucros da transação do produto. Interessa-lhe por isso mesmo que o trabalhador produza ao máximo da sua capacidade sem distrair-se na agricultura e ao mesmo tempo consuma um máximo de mercadorias que atuam como moeda. Todos os adiantamentos são feitos sob forma de aviamento. O financiador fornece o crédito, mas obriga a comprar em sua casa a mercadoria. É um sistema de coação contínua e visto a natureza do produto que não exige construção de benfeitorias, e pelo contrário força a dispersão, o menos beneficiado é o produtor. Os próprios comerciantes, como o Sr. X, dizem que a borracha não pode dar lucro para o caboclo. Comerciantes como Felinto, que vieram do Maranhão, voltam-se contra o caboclo, a que acusam de indolente e cachaceiro, mas

sem perceber a contradição, confessam sua própria incapacidade em conseguir resultados na agricultura “porque tem que estar cuidando do produto”. O seringueiro não é um camponês, mas um assalariado sem a menor garantia de salário fixo e de direitos.³²⁶

Em síntese, foi essa vasta e complexa rede de comerciantes e seus fregueses, atravessada e tecida por vínculos de parentesco/compadrio e pela violência, a responsável pelo deslocamento compulsório de famílias e indivíduos indígenas de seus lugares de origem nos altos rios, como relatado nas narrativas, para as áreas de exploração extrativa nos baixos cursos dos rios e na Venezuela e Colômbia. Os trabalhadores indígenas ficaram sujeitos em todos os casos à violência e à escravidão. Entretanto, quando do final do “fábrica” ou após a baixa dos preços de certo produto, como foi o caso da borracha e da balata, algumas famílias ou indivíduos conseguiam fugir ou mudar de patrão e retornar a suas casas, como foi o caso dos protagonistas das narrativas apresentadas. E também a condição de patrão ou freguês, nessa estrutura, como vimos no caso do rio Xié dos anos 1990, se confunde com a de “padrinho”, “afilhado” ou “compadre”, conferindo aos patrões e fregueses uma importância social e política que vai além da relação econômica, assumindo também uma função sociocultural mais profunda. O sistema de aviamento, e sua rede hierárquica de patrões e fregueses, que vinha declinando lentamente com a crise da borracha de 1912, sobretudo depois de 1950, mantém-se bastante vivo na sociologia contemporânea do rio Negro e nas memórias indígenas. Porém, antes da borracha, portanto desde o fim do período colonial, ele já estava estabelecido no Noroeste Amazônico.

DA COLÔNIA AO IMPÉRIO: TEMPOS TURBULENTOS

UM TEMPO DE REFLUXO DAS AÇÕES ESTATAIS

Em plena virada do século XVIII para o XIX, no ano de 1792, a rainha de Portugal Dona Maria I afastara-se, por motivos de saúde, dos negócios de Estado, transferindo-os ao Príncipe Dom João, que permaneceria no poder, na condição de Regente, até 1816. A família real, tendo sido forçada a abandonar o Reino pelas forças de Napoleão Bonaparte em 1807, se estabeleceu no Rio de Janeiro. Em razão desses acontecimentos, a situação política da

326 *Idem.*

metrópole tornara-se ainda mais frágil, se comparada ao reinado de Dom José I, morto em 1777. Em termos econômicos, com a queda acentuada da produção aurífera em Minas Gerais, Portugal vivia uma crise aguda, passando definitivamente a se submeter ao poderoso jugo do grande Império em ascensão, a Inglaterra, centro da revolução industrial e do poder mundial até o início do século XX.³²⁷

Naquele período, o estado do Grão-Pará e Rio Negro esteve sob o longo comando político do governador Francisco de Souza Coutinho, entre 1790 e 1803, seguido no cargo por Marcos de Noronha e Brito, o Conde dos Arcos, de 1803 a 1806. Embora tenha havido ainda mais dois governadores até a chamada adesão do Pará à Independência, em 1823, o estado foi basicamente dirigido por Juntas Governativas entre 1810 e 1817, e 1820 e 1823. Desde 1823, o antigo estado do Grão-Pará tornou-se territorialmente a maior Província do Império, até ser criada, em 1850, a Província do Amazonas, balizada pela área de jurisdição da então Comarca do Alto Amazonas, sucessora da antiga Capitania do Rio Negro.³²⁸ Esta Capitania fora governada de 1788 a 1799 pelo Coronel Lobo d'Almada, seguido de uma Junta Governativa (1799-1801), e dos governadores José Antônio Salgado (1801-1804), José Joaquim Vitória da Costa (1806-1818), Manuel Joaquim do Paço (1818-1822) e duas Juntas Governativas entre 1822 e 1823.³²⁹ A Província do Pará, à qual estava vinculada a Comarca do Alto Amazonas, teve nove Presidentes entre 1823 e 1834, seguidos pelos três Presidentes referidos como “cabanos”, que exerceram o poder revolucionário no ano de 1835. Com o recuo dos revoltosos cabanos e a retomada da capital pelas forças imperiais em 1836, o Pará foi dirigido por mais 33 Presidentes até 1850.³³⁰

Dentre as colônias lusas, o Brasil e o Grão-Pará experimentavam, nas décadas iniciais do século XIX, os primeiros passos em direção à autonomia política ocorrida em 1822, à qual o Pará aderiu em 1823. A independência política foi sucedida, porém, por numerosos conflitos políticos e sociais nas Províncias; no caso da Amazônia, a partir de 1835 ocorreu um gravíssimo conflito que ficaria conhecido como Cabanagem. Nas áreas mais próximas das vilas e cidades, inclusive em Belém, e nas grandes fazendas localizadas nas margens dos grandes rios, a população era formada em grande medida pelos descendentes de famílias e indivíduos indígenas “descidos” desde o século anterior. Considerados “ladinos” ou “mansos”, muitos deles misturados com brancos e negros, o trabalho compulsório a que estavam submetidos, juntamente com o

327 Furtado, C. ([1959] 2007).

328 Reis ([1931] 1989).

329 Sampaio, P. (2012).

330 Cruz, E. (1963).

dos escravos de origem africana, sustentava a economia de exportação baseada no extrativismo e na agricultura.

Essa população falava o *nheengatu*, sendo o português usado apenas pelas elites brancas de Belém e das maiores vilas do interior.³³¹ A Revolução Cabana emergiu em 1835 dessa massa de gente, a qual atuou de várias formas, inclusive de armas nas mãos, inicialmente associados a segmentos “brancos” nativistas, republicanos e abolicionistas, inclusive proprietários, que ao longo da rebelião foram assolados pela ação descontrolada dos rebeldes. As forças do Império foram implacáveis na repressão ao movimento, levando à morte milhares de pessoas.³³² Com a derrocada dessas revoluções, com forte repressão e apoio bélico inglês, em meados do século XIX unificou-se e consolidou-se o Império do Brasil, quando é coroado o Imperador Pedro II.

Desse contexto político geral, cabe destacar aqui dois aspectos: o primeiro é que no período de mais de cinco décadas entre 1798 e 1850 houve um refluxo das ações estatais nos sertões do rio Negro; o segundo, muito importante, é que a esse refluxo se contrapôs uma maior presença de comerciantes privados, que atuavam à margem das leis, e cujas práticas de violência se tornaram cada vez mais frequentes e profundas. O sistema de aviamento se renovava rapidamente, pois a grande maioria dos pequenos e médios comerciantes se articulava aos maiores, vinculados à exportação e importação, sendo estes geralmente os dirigentes políticos da Capitania do Rio Negro. Eles eram, portanto, os “chefes” políticos e econômicos da região, como também os “cabeças” da cadeia hierárquica do aviamento.

Ao longo da primeira metade do século XIX, tendo como pano de fundo as transformações político-administrativas, as populações indígenas do Noroeste Amazônico, tanto as “reduzidas” nas povoações de origem colonial quanto as residentes “nos matos”, viveram esse tempo de “refluxo” como um momento propício para a recomposição demográfica e de suas formas de sociabilidade tradicionais, inclusive com a ocorrência de processos de etnogênese.³³³ Isto se deu sobretudo nos sertões mais distantes, como no alto Negro e seus afluentes, que ficaram “abandonados”, inclusive como consequência dos conflitos do processo de independência que antecederam a Cabanagem.

Cabe lembrar também que o “esfriamento” das ações estatais, no contexto anteriormente aludido, era reforçado pela decadente economia da Amazônia. Na passagem da Colônia para o Império, pelo menos até a exploração da borracha, a região manteria uma economia relativamente

331 Freire (2004).

332 Harris (2010), Raiol ([1865] 1970), Ricci (2003).

333 Hill (1996a).

menor em relação aos antigos centros açucareiro e de mineração, mesmo com o declínio deste último no final do século XVIII.³³⁴ A economia do Pará, vinculada integralmente ao sistema mercantil, estava baseada sobretudo numa importante exportação de cacau, além de arroz, café, algodão e salsaparrilha.³³⁵ Nesse sentido, não mudara muito o seu perfil econômico, no início do século XIX, em relação ao período anterior marcado pelo Diretório pombalino, senão pelo fato que neste último houve uma forte presença estatal sobre o território do Noroeste Amazônico, como veremos adiante.

O fato jurídico e político “novo” foi a publicação da Carta Régia de 1798, que deu um ponto final ao regime de origem pombalina no Grão-Pará. Ela influenciaria todo o desenho da política indigenista da primeira metade do século XIX. A Carta Régia, nos seus princípios gerais, mantém muitos dos pressupostos do Diretório, sobretudo em relação à chamada “liberdade dos índios”. A novidade que traz, e que nos interessa aqui, é que a nova legislação retira de cena a tutela dos antigos Diretores sobre o comércio com os povos indígenas “bravios”, conferindo, a partir de 1798, toda a liberdade aos particulares para fazê-lo. Pelos relatos de André Fernandes de Sousa, essas “agarrações” (capturas forçadas) de indígenas começariam no governo de José Antonio Salgado (1801-1804):

No seu governo é que se poz em prática a detestável agarração de índios nas aldeas para os serviços, que depois se fez mais odiosa por ser executada por soldados de 1ª linha, como adiante se dirá; e o pior é que ficou esta prática até agora n'aquella capitania.³³⁶

Outro fato político e administrativo importante desse período, ocorrido na gestão de Vitório da Costa, foi a transferência definitiva da capital da Capitania, em 1807, de Barcelos para o Lugar da Barra, ao pé do antigo Forte de São José. Esta mudança representou também a formação de um polo comercial em Barra e o surgimento de uma nova geração de comerciantes, que passaria a explorar, a partir dali, os negócios dos sertões do rio Negro, tanto nas atividades extrativistas e no cultivo de cacau quanto na continuidade do tráfico ilegal de indígenas “dos matos”, destinados ao trabalho compulsório nessas produções, como nas “fábricas” de cerâmica, de panos de algodão e de cordas de piaçaba localizadas em Barra, e nas obras de construção da nova capital, tanto de prédios públicos como privados.

334 Furtado ([1959] 2007).

335 Barata (1915), Alden (1974).

336 Sousa, A. (1848, p. 474).

NOVOS COMERCIANTES ENTRAM EM CENA

Após a gestão longeva de Lobo D'Almada na última década do século anterior, a Capitania do Rio Negro ficou entregue, entre 1806 e 1818, ao governo de José Vitório da Costa, que juntamente com seu genro, o rico comerciante de origem italiana Francisco Ricardo Zani, promoviam descimentos e escravizavam indígenas em suas fazendas no Tarumã, próximo à Barra. O cônego André Fernandes de Sousa denunciou estes fatos ao Imperador, em sua “Notícias da Capitania do Rio Negro”, publicada em 1848, após permanecer na região por 37 anos:

Apenas tomou as rédeas do governo, desceu de Barcellos à Barra, ordenando a todos os moradores, que o quisessem seguir, que o fizessem. Muitos despovoaram Barcellos, deixando suas propriedades e estabelecimentos (que muito mal fizeram) para tentarem nova e melhor fortuna. Proibiu que índio ou índia dali em diante jamais servissem aos lavradores ou a outro qualquer particular, affectando assim dar mais impulso as fabricas reais; porém foi unicamente para formalizar a sua chácara no Taromã e outras dos seus genros Francisco Ricardo Zani, José Simplicio e Marcello, em que ocupou a terça parte dos índios do rio Negro, mudados de seis em seis meses; que sendo forçados nas vindas de suas povoações, lhes deixavam o regresso em seu arbítrio; e de mais a mais sem paga dos seus trabalhos.³³⁷

Francisco Ricardo Zani se destacara nessas atividades, tornando-se o homem mais rico da região. Natural de Livorno, na Itália, e órfão de pai, morto vítima das forças de Napoleão, emigrou muito jovem para a Amazônia, onde trabalhou como marinheiro e, finalmente, estabeleceu-se em Barra, casando-se com a filha de Vitório da Costa.³³⁸ Segundo as informações arroladas por Patrícia Sampaio, que estudou o processo de inventário de Zani, este fora o patrão de inúmeros fregueses, seus devedores nos sertões da capitania que, com sua morte, teriam ficado livres dos débitos. O patrão e aviador de Zani era um grande comerciante português de Belém, de nome João de Araújo Roso, pai do primeiro presidente da Província do Pará. Segundo Manuel Barata, Roso foi “grande

337 Id. *ibid.*, p. 475.

338 Martius (1992).

proprietário e capitalista, coronel de milícias, cavaleiro de Santiago da Espada, cavaleiro e comendador de Cristo e Fidalgo cavaleiro da casa imperial”.³³⁹

Francisco Zani, que também era Coronel de Milícias e ciceroneara em Barra os naturalistas Spix e Martius, teria participado, segundo Sampaio, de

frequentes agarrações ilegais de índios feitas nos sertões do Negro, nas primeiras décadas do século XIX [...]. O apresamento ilegal de índios seria realizado também a mando do governador da Capitania Joaquim Vitório da Costa (seu sogro!) e o “produto” negociado entre os colonos interessados. *Pela venda Zany receberia vários gêneros, especialmente “drogas do sertão” (salsaparrilha e amarras de piaçaba) valiosas e facilmente negociáveis na praça do Pará.*³⁴⁰

Esses fatos podem ser comprovados pelo testemunho de André Fernandes de Sousa:

Mas porque para isso [a avareza e dissimulação] precisava [Vitório da Costa] do braço de Francisco Ricardo Zani, italiano de nação, e de outros, elle mesmo lhes insinua o caminho nas temíveis e afamadas *caravanas da escravatura de índios gentios e crioulos [ladinos] do rio Negro*, cujo resultado é (e continuará a ser) a desolação em que jaz actualmente, subjugada e oppressa por tantos tyrannos.³⁴¹

A biografia de Zani é representativa deste quadro de crescente presença de comerciantes no rio Negro, cujas práticas se assentavam no sistema de aviamento. O Coronel Zani morreu em 1834, mas deixou, como vimos, “herdeiros” que continuaram a movimentar o sistema de aviamento em busca de piaçaba e borracha.

Em 1850, pelo testemunho do botânico Alfred Wallace, Barra possuía uma população aproximada de cinco mil habitantes, a maioria deles mestiços e indígenas que trabalhavam para os brancos, e era o entreposto comercial mais importante da Comarca do Alto Amazonas, para onde fluíam produtos de todos os rios. Segundo o naturalista, os moradores estrangeiros da pequena cidade, como das localidades do rio Negro, “se dedicavam às atividades

339 Barata (1915, p. 1).

340 Sampaio, P. (2012, p. 111, grifo nosso).

341 Sousa, A. (1848, p. 478, grifo nosso).

comerciais [...]. Os mais civilizados moradores de Barra dedicam-se ao comércio, podendo-se dizer que não conhecem outras diversões a não ser beber e jogar, se bem que o façam em pequena escala”.³⁴²

Pelos relatos de Wallace, o fluxo comercial seguia o seguinte roteiro: a borracha, a piaçaba e outros produtos eram “comprados” por estes comerciantes de Barra, de outros comerciantes/patrões que viviam no rio Negro, seus aviados. Era o caso de João Antônio de Lima, o regatão anfitrião de Wallace na subida ao rio Negro em 1850. Este português, por sua vez, já negociava com seus fregueses indígenas e mestiços no alto Negro pelo menos desde 1835, pois, segundo o naturalista, ele vivia na região “há alguns anos” e “fazia essas viagens há longo tempo”, e possuía no povoado de Nossa Senhora da Guia duas filhas moças de mãe indígena. Wallace relata em seu diário que o “senhor Lima” fazia viagens regulares entre o alto Negro e Barra, trocando mercadorias por produtos como a salsaparrilha e a piaçaba. Na subida do rio, o regatão e o naturalista aportaram no sítio do “mestiço” de nome João Cordeiro, que era “amigo e freguês” do português. Lá permaneceram dois dias, o tempo em que Cordeiro “adquiria” mercadorias diversas disponibilizadas pelo comerciante.

Por fim – relata Wallace – depois de escolher os panos de algodão e as gazes mais vistosas, as contas, as facas, os vinhos, álcool, açúcar, manteiga e tudo mais que precisava, despediu-se de nós o senhor João, *prometendo arranjar uma boa quantidade de piaçaba, salsaparrilha e outros produtos, a fim de pagar ao senhor Lima quando este estivesse regressando para Barra*.³⁴³

Mas havia outros comerciantes além do senhor Lima no rio Negro. Em 1847, o ornitólogo William Edwards ficou hospedado em Barra na casa do senhor Enrico Antônio, italiano de origem, como Zani. Enrico seria também o cicerone de Wallace em Barra três anos depois. Pelos testemunhos do ornitólogo, Enrico se estabelecera na região há anos e se tornara o maior comerciante da capital, casando-se com a filha de um comerciante português do Solimões, que mudara para Barra depois que os cabanos atacaram sua fazenda. Nesses pequenos fragmentos das narrativas dos viajantes, podemos perceber o sistema de aviamento se consolidando: as alianças simétricas e assimétricas de casamento e comércio entre comerciantes/patrões, vinculados

342 Wallace ([1853] 1979, p. 110, 114).

343 Id. *ibid.*, p. 131, grifo nosso.

entre si e com seus aviadores em Belém e fregueses no rio Negro. Edwards testemunhou, por exemplo, a chegada de um comerciante, que vinha à casa de Enrico “vender” seus produtos:

Encontramos na casa [de Enrico Antonio], na nossa chegada, dois cavalheiros que tinham chegado da Venezuela, distante quarenta dias no alto rio Negro. Um deles era um jovem alemão, William Berchenbrinck, que tinha vindo apenas como passageiro, e que tinha trabalhado com um naturalista espanhol. *O outro era um comerciante regular de San Carlos, o Sr. Antônio Dias, que tinha trazido uma carga de cordas feitas de fibras da palmeira piaçaba, e uma quantidade de redes de tucum.* A corda de piaçaba tem grande demanda em toda a província, e é notável por sua resistência e elasticidade, cujas qualidades a tornam admirável para cabos. A única objeção a ela é sua aspereza, pois as fibras de piaçaba são sempre, inevitavelmente, muito grossas.³⁴⁴

Em 1850, ao final de sua longa viagem pelos rios Amazonas e Negro, Alfred Russel Wallace nos deixou um longo depoimento sobre suas impressões relativas às atividades comerciais e aos comerciantes da Comarca do Alto Amazonas, atual estado do Amazonas. Seu testemunho é significativo, também, por ter sido feito em um momento histórico em que a economia da borracha ainda estava no início – tanto que ainda não era explorada na bacia do rio Negro. Por outro lado, como o rio Amazonas ainda não se encontrava aberto à navegação e ao comércio internacional – o que só ocorreria alguns anos depois com a navegação a vapor, após a explosão dos preços da borracha na Bolsa de Londres –, o sistema de produção e comércio no chamado *hinterland* era realizado por uma vasta rede de comerciantes, muitos dos quais eram de origem estrangeira, principalmente portugueses, mas também de outras nacionalidades europeias e do oriente próximo, sendo que na base do sistema também participavam dele os intermediários indígenas identificados por Wallace como “semicivilizados”. Ou seja, a antiga rede de escambo estava reatualizada e renovada, já movendo a economia mercantil de toda a região bem antes do apogeu da borracha. Vejamos o extenso e cristalino relato do naturalista britânico:

344 Edwards ([1847] 1861, p. 140).

Assim, vemos que o Pará está superlotado de comerciantes, os quais, na sua maioria, não merecem ser chamados senão de mascates, com a única diferença de que levam seus artigos em canoas, ao invés de carregá-los às costas. Como sua aversão pela agricultura, ou melhor dizendo, sua paixão pelo comércio, não lhes permite estabelecer-se senão muito raramente, nem os incita a encarregar-se da produção de bens primários, *o único recurso que têm é o de apelar para a população indígena do país [...]*. Para o tráfico interno, os principais artigos são peixes secos, o óleo extraído dos ovos de tartaruga e azeite de peixe-boi. Para a exportação, produzem salsaparrilha, piaçaba, borracha, castanha-do-pará, óleo de copaíba e cacau [...]. Há uma espécie de “aventura do risco” relacionada com o comércio e essa emoção atrai o homem a ponto de fazê-lo desprezar o trabalho estável e a segurança de um salário regular. Assim, trabalhadores e artesãos estão continuamente deixando seus ofícios e partindo para a aventura de adquirir alguns artigos a crédito e sair por aí procurando vendê-los com lucro [...]. *Não creio que haja um país que adote tão generalizadamente esse inseguro sistema de crédito que aqui se usa.* São raros os comerciantes locais, grandes ou pequenos, que de fato possuam um capital. Os grossistas do Pará que têm correspondentes no estrangeiro adquirem seus bens a crédito. Esses bens são vendidos – também a crédito – aos atacadistas e varejistas da própria cidade. Esses, por sua vez, revendem-nos a crédito aos negociantes das cidades menores. Aí vêm os mascates fluviais e adquirem os artigos aos negociantes, mais uma vez a crédito. *Estes seguem pelos diversos rios e distribuem seus artigos pelos índios semicivilizados, para que estes os levem às malocas dos índios selvagens, a fim de trocá-los pelos artigos ali produzidos.* Essa troca, contudo, é teórica, pois a salsaparrilha ou o azeite aceitos como pagamento ainda não foram colhidos na floresta ou no lago... *Até os índios selvagens estão inseridos no sistema, só entregando os produtos quando são pagos com uma antecedência de cerca de 6 meses! [...]* O rio Uaupés é a via de penetração das diversas mercadorias europeias

na extensa e desconhecida região situada entre os rios Guaviare e Japurá. Mercadorias no valor de umas mil libras entram por ano nesse rio, constando mormente de machados, machadinhas, facas, anzóis, pontas de flecha, sal, espelhos, contas e panos de algodão. Esses artigos são trocados por salsaparrilha, breu, farinha, fios trançados, redes, tamboretas, cestas, ornamentos de penas e outras curiosidades. A salsaparrilha é o mais importante e valioso desses produtos, sendo também o único que se exporta. *Os próprios índios costumam trocar, com os que vivem nas áreas mais remotas, esses artigos de proveniência europeia com a salsaparrilha produzida pelos últimos, servindo de intermediários entre eles e os negociantes.* Desse modo, diversos objetos de origem europeia costumam ser encontrados em numerosas aldeias onde até hoje nenhum homem civilizado jamais entrou. O produto de seu trabalho vai ser vendido nos mercados europeus, e eles, em troca, adquirem um bom sortimento de ferragens e outros artigos. [...] O pior de tudo é que nenhuma dessas transações oferece a menor segurança. *Roubos, perdas e usufruto indevido são ocorrências frequentes. Em consequência disso, os lucros são exagerados [...].* São esses incríveis lucros que levam os trabalhadores regularmente estabelecidos a abandonar seus ofícios e dedicar-se ao comércio, sem considerar que não poderão realizar negócios fabulosos em pouco tempo, em razão da pobreza da população e da enorme concorrência. [...] Comerciar parece ser um belíssimo e fácil modo de ganhar a vida. Basta comprar por um tanto e vender pelo dobro do que custou. [...] Mas como a maior parte dos pequenos comerciantes não consegue vender senão cerca de 100 libras de artigos por ano, os lucros não darão para pagar as despesas com o pagamento dos índios e o aluguel ou a compra de canoas, além de não permitirem uma retirada razoável, nem prevenirem os inevitáveis calotes, e nem tampouco cobrirem as compras dos vinhos e licores que todos gostam de beber. Daí ocorrer frequentemente que a receita não chegue à metade da despesa, fazendo com que os pequenos comerciantes estejam em constante débito com

seus correspondentes. Estes, uma vez que os tenham nas mãos, tudo farão para que eles não possam mais escapar de seu jugo.³⁴⁵

Também as conclusões feitas pelo Cônego Fernandes de Sousa sobre a economia do rio Negro, alguns anos antes de Wallace, reforçam este quadro:

São tantos os ramos de negócio do rio Negro, que tem em pouco tempo enriquecido a muitos; apesar disto não falta pobreza, o que se deve atribuir a muitos princípios, principalmente a negligencia e ociosidade em que muitos vivem. [...] Como ali concorre um grande número de canoas com titulo de negociantes, levando unicamente cachaça e algumas quinquilharias, fazem nas povoações um negócio de cabotagem. Estas fazendas pedidas aos negociantes do Pará, com ellas convencionam entre si um monopólio nos preços, e compram os generos aos habitantes, que não tem meios de os exportar ao Pará, por preços ínfimos, prejudiciais por todas as formas a utilidade da província: sendo a cachaça o primeiro atractivo do índio, com ella os praticam e os levam das suas povoações, com eles fabricam os gêneros que a natureza oferece a vista, como são salgas de peixe, manteigas, azeite e cacao [...] assim varrem das povoações, bem como a rede de arrastar, os últimos braços com que os naturais se deviam coadjuvar em seus trabalhos.³⁴⁶

Para o que procuro demonstrar neste capítulo, os depoimentos de Wallace e Sousa são importantes porque descrevem com precisão o quadro de expansão do sistema de aviamento na primeira metade do século XIX, e sobretudo as características já preestabelecidas da vasta rede de patrões e fregueses no Noroeste Amazônico. Esta rede chegava inclusive às aldeias indígenas com pouco contato com o regime colonial, muitas delas formadas pelos fugidos das “correrias” provocadas pelas Tropas de Resgates e os “descimentos” no século XVIII, que ainda continuavam a ocorrer, como eles testemunham, no século XIX.

Outro aspecto revelado pelo naturalista e pelo cônego é a importância crucial da mão de obra indígena, superexplorada e induzida a tal esforço pelo

345 Wallace ([1853] 1979, p. 233-234, 304).

346 Sousa, A. (1848, p. 503).

uso da cachaça, e também a sua participação como intermediária nessa rede de comércio e na produção dos itens de exportação, como a salsaparrilha, a piaçaba e a borracha, fator que na bacia do rio Negro seria mantido até o final do século XX e início do XXI.

O testemunho de Wallace revela ainda que os negociantes “estrangeiros”, sobretudo os maiores, já estavam constituindo uma ampla hegemonia na faixa mais “alta” na hierarquia do sistema de aviamento. Em 1856, por exemplo, reforçando as informações do naturalista, o mapa estatístico da população da recém-criada Província do Amazonas indicava a presença de 47 cidadãos “estrangeiros” estabelecidos nas freguesias do rio Negro, sendo que, destes, 37 somente em São Gabriel e Marabitanas.

Essa mesma fonte informa que somente em Barcelos tinham sido registradas 13 canoas de regatão, e no alto Negro, entre Marabitanas e São Gabriel, onde havia regimentos militares, haviam passado, entre dezembro de 1855 e março de 1856, 39 embarcações de comércio.³⁴⁷ Estes números, considerando a diminuta população “branca” da Província, eram bastante significativos.

Outro aspecto relevante era a participação indígena no comércio. Os Baré, em vários casos, tornaram-se intermediários no escambo, assumindo inclusive, após a criação da Província do Amazonas, por conta própria ou a serviço dos patrões brancos, os postos de Inspetores de Quarteirão, subordinados aos Subdelegados. Em 1879, por exemplo, o então Major Dionísio Cerqueira, membro de uma comissão de fronteiras, nos deixou este interessante depoimento:

Passamos por São Marcelino, pequeno e pobre povoado na boca do Xié. Pela volta do meio-dia, encostamos ao sítio de um velho índio baré, onde paramos algum tempo para sestar. [...] Era bastante ladino, já havia descido muitas vezes a Manáos e desempenhava o “alto” cargo de inspetor de quarteirão, que, longe de render-lhe alguma coisa, só lhe dava fadigas, dissabores e até despezas, *porque tinha de fazer viagens longas, afim de ir avizar aos índios sob a sua jurisdição para se apresentarem, em dia marcado, ao subdelegado, quasi sempre negociante, que precisava delles para a safra da seringa ou dos piassabaes.* [...] Falava regularmente português e nheengatu; mas entendia-se com os seus em baré, sua língua suave e harmoniosa. [...] Naquela região do rio Negro, desde muito abaixo de Camanáu até

347 Vieira, J. (1856).

às proximidades de Maroa, em Venezuela, é o baré a língua dominante; mas todos, quase sem exceção, falam a [língua] geral.³⁴⁸

Ou seja, os regatões que chegavam em busca de lucro fácil tiveram que se integrar a uma série de hábitos dos indígenas, como as festas de santo praticadas desde o século XVIII, e sobretudo necessitaram aprender a falar o *nheengatu*, que se tornou a língua comercial por excelência da região.

A partir de então, a demanda crescente de mão de obra para os seringais do médio e baixo Negro provocou um forte e intensivo processo de captura de indígenas dos rios Uaupés, Içana e Xié, repetindo o mesmo fenômeno de “descimentos” que ocorrera na segunda metade do século XVIII, principalmente no período das demarcações de fronteira decorrentes dos tratados de Madri e Santo Ildefonso, quando a prioridade era ocupar com indígenas “aldeados” as povoações instaladas ao longo do rio Negro e seus afluentes principais. Nessa nova situação colonial, a mão de obra indígena local foi priorizada no extrativismo da borracha também por fatores ecológicos, como explicado anteriormente.

Observando à distância, e com uma perspectiva de ocupação territorial de longa duração, algo de positivo restou aos nativos, mesmo que submetidos ao regime de aviamento em expansão: eles puderam permanecer nos territórios tradicionais do alto, médio e baixo Negro ao longo de todo o “boom” da economia do látex.

Numa região com borracha menos produtiva, mas também com outras opções de produção, como foi o exemplo da salsaparrilha e depois da balata, o custo da mão de obra indígena era mais “barato”, se comparado à nordestina. Era na verdade gratuito, pois, em função da economia da dívida, o sistema de aviamento os mantinha em regime análogo à escravidão. Além disso, os comerciantes se beneficiavam do fato de os trabalhadores indígenas já viverem “próximos” aos seringais mais produtivos, e não precisavam se adaptar ao território, porque já o conheciam e, portanto, não necessitavam ser, como os seringueiros nordestinos, “amansados” diante da floresta amazônica. Por outro lado, o “preço” pago pelos indígenas foi alto: além de escravizados e violentados em seu próprio território, sofreram o crime de etnocídio justificado pela necessidade de “civilizá-los” através do cativeiro.

348 Cerqueira ([1879] 1928, p. 182-184, grifo nosso).